

pectivas burguesas permanecem remotas".<sup>20</sup> Coroando o processo de transferência da renda para o exterior situava-se o mecanismo através do qual as crises cíclicas do capitalismo transferiam ao Brasil as conseqüências de seus efeitos.<sup>20</sup>

O Brasil, com a independência, tornara-se simples província britânica. O representante dos Estados Unidos junto ao Governo brasileiro, ao iniciar-se a segunda metade do século XIX, descreveria a situação em termos calorosos: "Em todas as fazendas do Brasil, os donos e seus escravos vestem-se com manufaturas do trabalho livre, e nove décimos delas são inglesas. A Inglaterra fornece todo o capital necessário para melhoramentos internos no Brasil e fabrica todos os utensílios de uso ordinário, de enxada para cima, e quase todos os artigos de luxo, ou de necessidade, desde o alfinete até o vestido mais caro. A cerâmica inglesa, os artigos ingleses de vidro, ferro e madeira são tão universais como os panos de lã e os tecidos de algodão. A Grã-Bretanha fornece ao Brasil os seus navios a vapor e a vela, calça-lhe e drena-lhe as ruas, ilumina-lhe a gás as cidades, constrói-lhe as ferrovias, explora-lhe as minas, é o seu banqueiro, levanta-lhe as linhas telegráficas, transporta-lhe as malas postais, constrói-lhe as docas, motores, vagões, numa palavra: veste e faz tudo, menos alimentar o povo brasileiro".<sup>21</sup> O alemão Tietz anotou, com espanto, que o número de casas comerciais pertencentes a brasileiros não ultrapassava, no Rio de Janeiro, de cinco. Concluía: "Não acreditamos, entretanto, que se encontre, nessa cidade, nem sequer uma de propriedade genuinamente nacional".<sup>22</sup>

A estrutura econômica brasileira, após a independência, era, realmente, na essência, de início, a mesma do período colonial. Consistia na produção em larga escala de um ou dois produtos

<sup>20</sup> Nelson Werneck Sodré: *História da Burguesia Brasileira*, Rio, 1964, p. 87.

<sup>21</sup> "Demais, por força da própria integração na economia mundial, a estrutura brasileira de produção recebe agora diretamente os efeitos das crises cíclicas do capitalismo. A primeira vez em que o fenômeno ocorre, apanha a economia brasileira em seu penoso esforço de adaptação. Acontece em 1836 e começa com uma queda cambial, na fase da paridade de 43 ½ d, que faz baixar a taxa a 36. É um dos efeitos dessa crise a quebra da paridade para 27 d, em 1846. Os contemporâneos supuseram que a crise decorria das irregularidades no meio circulante ou do enorme contrabando de escravos, ferindo o disposto na proibição de 1831, ou da redução na colheita do café. Na verdade, a baixa no preço dos nossos produtos prosseguiu, em 1837, e o câmbio desceu a 31 d, surgindo o pânico no Rio de Janeiro. (...) As conseqüências da crise foram sérias e as emissões se sucederam, em 1837, em 1839, em 1842, em 1843, em 1845, em 1846, levando à nova quebra na paridade cambial. O capitalismo, em desordenada expansão, transferia os prejuízos de suas crises à economia brasileira dependente. No seio desta, os prejuízos eram transferidos da classe senhorial às outras classes. As possibilidades de acumulação interna, por isso mesmo, eram consideravelmente reduzidas". (Nelson Werneck Sodré: *op. cit.*, p. 87/88).

<sup>22</sup> Jorge Martins Rodrigues: "A rivalidade comercial de norte-americanos e ingleses no Brasil do século XIX", in *Revista de História da Economia Brasileira*, ano 1, nº 1, São Paulo, 1953.

<sup>23</sup> F. Tietz, *cf.* *Revista de História da Economia Brasileira*, ano 1, nº 1, São Paulo, 1953.